



República de Moçambique  
**CONSELHO CONSTITUCIONAL**

***Acórdão n.º 4/CC/2023***

***de 4 de Abril***

Processo n.º 04/CC/2023

Apenso: Processo n.º 05/CC/2023

**Fiscalização sucessiva concreta da constitucionalidade e da legalidade**

Acordam os Juízes Conselheiros do Conselho Constitucional:

*I*

***Relatório***

O Meritíssimo Juiz de Direito do Tribunal Judicial da Província de Niassa remeteu ao Conselho Constitucional o Despacho datado de 24 de Outubro de 2022, proferido nos autos de Impugnação da Justa Causa de Despedimento, registados sob o n.º 12/2022, em cumprimento do disposto no artigo 213, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 246, ambos da Constituição da República (CRM) e do n.º 1 do artigo 71 da Lei n.º 2/2022, de 21 de Janeiro, Lei Orgânica do Conselho Constitucional (LOCC), no qual não aplica as normas constantes do n.º 1 do artigo 184 da Lei do Trabalho (LT) e dos artigos 14º e 50º do Código de Processo do Trabalho (CPT), aduzindo fundamentos que sucintamente se alinham:

1. A obrigatoriedade de mediação imposta pelas normas constantes do n.º 1 do artigo 184 da LT e dos artigos 14º e 50º do CPT, contrariam a CRM, porquanto limitam o acesso dos cidadãos ao tribunal.

*[Handwritten signatures and initials]*

2. O acesso dos cidadãos aos tribunais é uma tutela jurisdicional com dignidade constitucional no país, nos termos do artigo 70 da CRM.
3. Portanto, a referida garantia constitucional de acesso dos cidadãos aos tribunais prevalece sobre qualquer outra norma infraconstitucional, conforme dispõe o n.º 4 do artigo 2 da CRM.
4. Por outro lado, o Meritíssimo Juiz *a quo*, por força do comando insito no artigo 213 da mesma CRM (*Nos feitos submetidos a julgamento, os tribunais não podem aplicar leis ou princípios que ofendam a Constituição*), recusou a aplicação daquelas normas.
5. Termina remetendo os autos a esta Instância da Justiça Constitucional para a fiscalização sucessiva concreta da constitucionalidade das normas postas em crise, designadamente as constantes do n.º 1 do artigo 184 da LT e dos artigos 14º e 50º do CPT.

Posteriormente, foi recebido o despacho de remessa do Venerando Juiz do Tribunal Superior de Recurso da Beira, proferido nos Autos de Recurso de Apelação n.º 18/2021, que solicita igualmente a este Conselho Constitucional nos termos do disposto nos artigos 213 e alínea a) do n.º 1 do artigo 246, ambos da CRM, a apreciação e declaração da inconstitucionalidade material da norma constante do n.º 1 artigo 184 da LT, por violar o artigo 70 da CRM.

Admitido o pedido, foi este autuado e registado sob o n.º 05/CC/2023.

Tendo em conta que a norma sindicada, que condiciona o acesso aos tribunais é idêntica quer no n.º 1 do artigo 184 da LT, quer no n.º 1 do artigo 50º do CPT, e atendendo ainda aos princípios de economia e celeridade processuais, por Despacho de 28 de Fevereiro de 2023, exarado pela Veneranda Juíza Presidente do Conselho Constitucional, ordenou-se a apensação a este processo, do processo n.º 05/CC/2023.

Os processos foram conclusos ao Venerando Juiz Conselheiro relator para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 73 da LOCC.

Discutido o relatório, cumpre formular a decisão em conformidade com a orientação fixada pelo Conselho Constitucional.

Acórdão n.º 04/CC/2023, de 4 de Abril

## II

### *Fundamentação*

Os presentes pedidos de fiscalização concreta da constitucionalidade foram submetidos a este Órgão por entidades legítimas, nos termos do disposto no artigo 213 e alínea a) do n.º 1 do artigo 246, ambos da CRM, e o n.º 1 do artigo 71 da LOCC.

O Conselho Constitucional é, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 243 da CRM, a Instância competente para apreciar e decidir os pedidos de declaração de inconstitucionalidade da norma contida no n.º 1 do artigo 184 da LT e no n.º 1 do artigo 50º do CPT.

Nos processos de fiscalização sucessiva concreta da constitucionalidade e da legalidade, não basta que se verifiquem os pressupostos subjectivos, mas também é *mister*, cumulativamente, o preenchimento dos requisitos objectivos. É deste modo que o Conselho Constitucional deve averiguar se as normas postas em crise têm ou não relevância directa e imediata para o julgamento da questão principal, objecto do processo em que a questão incidental da inconstitucionalidade é suscitada.

Escalpelizados os autos, constata-se que os mesmos tiveram origem nos feitos submetidos a julgamentos no Tribunal Judicial da Província de Niassa (Autos de Impugnação de Justa Causa de Despedimento, registados sob o n.º 12/2022) e no Tribunal Superior de Recurso da Beira, 3ª secção laboral, (Autos de Recurso de Apelação n.º 18/2021), respectivamente.

Portanto, o incidente de inconstitucionalidade que é suscitado nos casos *sub judice* tem a ver com a obrigatoriedade de mediação imposta pelo n.º 1 do artigo 184 da LT e n.º 1 do artigo 50º do CPT, cujas normas têm relevância directa e imediata na decisão do processo pretexto.

É excluído do presente julgamento o artigo 14º do CPT que elenca a competência interna do Tribunal do Trabalho, pois o problema trazido a este Órgão não tem nada a ver com as competências, mas sim com a obrigatoriedade da mediação imposta pelo n.º 1 do artigo 184 da LT e de conciliação prévia imposta pelo n.º 1 do artigo 50º do CPT. Em suma, o artigo 14º do CPT não é relevante para a decisão da questão controvertida no processo principal.

Assim, é objecto dos presentes autos, a norma inscrita no n.º 1 do artigo 184 da LT e n.º 1 do artigo 50º do CPT.

Não há nulidades, excepções ou outras questões prévias que obstem ao conhecimento do mérito do pedido.

Antes de passarmos para a apreciação da inconstitucionalidade da norma objecto do presente processo, mostra-se pertinente enunciar as normas constitucionais referenciadas:

### **Constituição da República**

#### **Artigo 70**

*(Direito de recorrer aos tribunais)*

*O cidadão tem o direito de recorrer aos tribunais contra os actos que violem os seus direitos e interesses reconhecidos pela Constituição e pela lei.*

#### **Artigo 2**

*(Soberania e legalidade)*

1.(...).

2.(...).

3.(...).

4. *As normas constitucionais prevalecem sobre todas as restantes normas do ordenamento jurídico.*

#### **Apreciando:**

Começaremos com a norma do n.º 1 do artigo 184 da LT:

#### **I. A norma constante do n.º 1 do artigo 184 da LT:**

*Acórdão n.º 04/CC/2023, de 4 de Abril*



**Lei n.º 23/2007, de 1 de Agosto**

**Artigo 184**

*(Obrigatoriedade da mediação)*

*1. Salvo os casos de providências cautelares, todos os conflitos devem ser obrigatoriamente, conduzidos para a mediação antes de serem submetidos à arbitragem ou aos tribunais do trabalho.*

*2. (...).*

O Conselho Constitucional já tinha declarado por quatro vezes a inconstitucionalidade da norma do n.º 1 do artigo 184 da LT, conforme atestam os Acórdãos n.ºs 3/CC/2011, de 7 de Outubro; 3/CC/2017, de 25 de Julho; 9/CC/2017, de 27 de Dezembro e 6/CC/2021, de 13 de Julho, mas fê-lo no âmbito da fiscalização sucessiva concreta, cujos efeitos são apenas vinculativos para as partes do processo pretexto. O que significa que a norma não é expurgada da ordem jurídica nacional. Por isso, a decisão de um incidente de inconstitucionalidade não tem efeitos gerais e obrigatórios para todos os cidadãos, instituições e demais pessoas jurídicas, como acontece na fiscalização sucessiva abstracta.

Enquanto a norma não for fulminada definitivamente do sistema jurídico, o Conselho Constitucional irá sempre declarar a inconstitucionalidade da mesma na fiscalização concreta.

A Assembleia da República aprovou, através da Lei n.º 2/2022, de 21 de Janeiro, a nova Lei Orgânica do Conselho Constitucional e revogou a Lei n.º 6/2006, de 2 de Agosto. Esta Lei trouxe uma inovação normativa ao introduzir no artigo 78 a figura da convolação do processo de fiscalização sucessiva concreta para o processo de fiscalização sucessiva abstracta, desde que a norma tenha sido declarada inconstitucional três vezes, nos termos do n.º 1, do referido artigo.

Poderia pensar-se aplicável o tal preceito legal ao presente processo de fiscalização, pelos fundamentos acima aludidos. Porém, nos termos do n.º 1 do artigo 12º do Código Civil atinente ao princípio geral de Direito, *A lei só dispõe para o futuro; ainda que, lhe seja atribuída eficácia retroactiva, presume-se que ficam ressalvados os efeitos já produzidos pelos factos que a lei se destina a regular.* Assim, em respeito a esta norma e tendo em conta o período da entrada em vigor

**Acórdão n.º 04/CC/2023, de 4 de Abril**

Handwritten signatures and initials, including a large 'V' and 'S' in the top right, and a signature 'JHE' with '5' and 'ar' below it.

da nova Lei Orgânica do Conselho Constitucional (21 de Janeiro de 2022), não deve este Conselho Constitucional proceder de acordo com a norma inscrita no já aludido artigo 78 da LOCC na medida em que a nova LOCC não deve retroagir sobre as decisões anteriores antes da sua entrada em vigor.

Do mesmo modo, poderia cogitar-se a viabilidade de aplicação da já referida norma, à luz da 2ª parte do n.º 2 do artigo 12º do CC, ao prescrever que (...) *mas, quando dispuser directamente sobre o conteúdo de certas relações jurídicas, abstraindo dos factos que lhes deram origem, entender-se-á que a lei abrange as próprias relações já constituídas, que subsistam à data da sua entrada em vigor*. Esta posição não pode fazer escola, porquanto os efeitos de uma decisão jurisdicional promanada em sede de fiscalização sucessiva concreta apenas vinculam as respectivas partes processuais e esgotam-se no processo pretexto, não repercutindo, por isso, para a generalidade dos cidadãos e outras pessoas jurídicas (artigo 77 da LOCC).

Não sendo, portanto, aplicável o disposto no artigo 78 da LOCC, pelos argumentos acima expendidos, cumpre agora apreciar a norma constante do n.º 1 do artigo 184 da LT em sede de processo de fiscalização sucessiva concreta.

Relativamente à questão objecto do presente julgamento, este Órgão de jurisdição constitucional reitera<sup>1</sup> e, desde já, sufraga a jurisprudência expendida segundo a qual a norma inscrita no n.º 1 do artigo 184 da LT é inconstitucional em face da ofensa ostensiva da norma constitucional contida no artigo 70 da CRM, porquanto *A obrigatoriedade da mediação por uma entidade de natureza administrativa condiciona o direito de acesso do cidadão ao tribunal. Limita, por um lado, a liberdade de escolha na resolução dos conflitos laborais, impondo o recurso à mediação administrativa dos conflitos laborais antes de serem submetidos aos tribunais; por outro lado, choca com o artigo 134 também da CRM, que traduz o princípio da separação de poderes do Estado, em particular, os do executivo e os do jurisdicional, ao fazer depender o exercício do poder judicial (acesso aos tribunais), do exercício prévio e obrigatório do poder executivo (mediação administrativa).*

<sup>1</sup> Acórdão n.º 3/CC/2011, de 7 de Outubro; Acórdão n.º 3/CC/2017, de 25 de Julho; Acórdão n.º 9/CC/2017, de 27 de Dezembro; e Acórdão n.º 6/CC/2021, de 13 de Julho.



Este Conselho considera ainda inconstitucional a norma do n.º 1 do artigo 184 da LT por impor obrigatoriedade de um sistema de resolução de conflitos laborais condicionante de outro, o que viola o princípio constitucional do pluralismo jurídico constante do artigo 4 da CRM que dispõe que *O Estado reconhece os vários sistemas normativos e de resolução de conflitos que coexistem na sociedade moçambicana, na medida em que não contrariam os valores e os princípios fundamentais da Constituição.*

O pluralismo jurídico aqui defendido significa que o Estado reconhece a diversidade dos sistemas jurídicos estaduais e não estaduais coexistentes na sociedade moçambicana assente na ideia de que, na realidade prática da vida, e no caso em análise, os tribunais não são os únicos na ordem nacional que podem compor os litígios.

Portanto, é dado assente na história das sociedades a importância e as vantagens de uma conciliação ou mediação laboral na resolução de conflitos, pois este mecanismo conta com a intervenção de uma terceira entidade imparcial que auxilia as partes desavindas a solucionarem o seu conflito de forma consensual, imprimindo maior celeridade e economia processuais, e com custos mais baixos. Ou seja, possibilita resolver a contenda de forma mais rápida, menos onerosa, e menos desgastante para as partes. Ao mesmo tempo, a sua solução é considerada a mais justa por os próprios litigantes envolverem-se na sua construção.

Porém, ainda que se mostre muito mais vantajosa em termos da intervenção mais directa das partes processuais, da celeridade, dos custos mais baixos e consentânea com a pacificação social dos intervenientes, ela não deve ser obrigatória e condicionante de outras instâncias estaduais de resolução de conflitos.

Por fim, entende este Conselho que a norma sindicada, de hierarquia infraconstitucional, ao condicionar o acesso aos tribunais laborais pela mediação e conciliação pelas instâncias do poder executivo (no caso), afronta o princípio da liberdade de escolha dos cidadãos das instâncias estaduais de resolução de conflitos, o que determina a inconstitucionalidade da norma aqui apreciada.

*Acórdão n.º 04/CC/2023, de 4 de Abril*



## **II. As normas constantes do artigo 50º do CPT:**

**Código de processo do Trabalho (CPT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 45.497, de 30 de Dezembro de 1963**

### *Da tentativa de conciliação*

#### *Artigo 50º*

- 1. Nenhuma acção respeitante e questões previstas nas alíneas a), e), f), g) e h) do artigo 14º terá seguimento sem que o autor prove que se realizou tentativa prévia de conciliação.*
- 2. A tentativa de conciliação será realizada perante a respectiva comissão corporativa ou, caso de esta não existir, perante o agente do Ministério Público junto do tribunal competente para a acção.*
- 3. O pedido de intervenção da comissão corporativa ou do agente do Ministério Público interromperá o prazo de caducidade ou da prescrição, mas, não havendo acordo, aquele voltará a correr trinta dias depois da data em que a diligência tiver lugar ou daquele em que o autor for notificado da impossibilidade de realização da tentativa de conciliação.*
- 4. A tentativa de conciliação realizada perante o agente do Ministério Público constará de um auto e terá os mesmos efeitos que a realizada perante as comissões corporativas.*

Antes de entrarmos no fundo da questão, é importante contextualizar que as normas postas em crise constam do Decreto-Lei n.º 45.497, de 30 de Dezembro de 1963, que aprova o Código de Processo do Trabalho, tornado extensivo a Moçambique pela Portaria n.º 87/70, de 2 de Fevereiro.

Este regime jurídico veio substituir o anterior, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 31.464, de 12 de Agosto de 1941, tornado extensivo para Moçambique pela Portaria n.º 10.698, de 6 de Julho de 1944.

O Código de Processo do Trabalho tem sofrido alterações devido a evolução legislativa doméstica, mormente em 1992, com a aprovação da Lei n.º 18/92, de 14 de Outubro, que criou o Tribunal do Trabalho e, em 2018, com a aprovação da nova Lei do Tribunal do Trabalho, a Lei n.º 10/2018, de

*Acórdão n.º 04/CC/2023, de 4 de Abril*



30 de Agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 4/2021, de 5 de Maio. Todavia, mantém-se em vigor a norma objecto da presente fiscalização. Por isso, vamos fiscalizá-la.

Nota-se que a norma ínsita no n.º 1 do artigo 50º do CPT tem conteúdo semelhante ao da norma do n.º 1 do artigo 184 da LT. Esta similitude das normas e atendendo o seu surgimento no espaço temporal, leva-nos a concluir que a primeira terá influenciado o legislador de 2007, ao introduzir a obrigatoriedade de mediação administrativa nas acções de natureza jurídico-laboral.

Assim sendo, a norma consagrada no n.º 1 do artigo 50º do CPT, ao dispor que *Nenhuma acção respeitante e questões previstas nas alíneas a), e), f), g) e h) do artigo 14º terá seguimento sem que o autor prove que se realizou tentativa prévia de conciliação*, por causa da sua semelhança normativa com o plasmado n.º 1 do artigo 184 da LT, impondo a obrigatoriedade prévia da mediação ou conciliação nos processos laborais, sem dúvidas, contende flagrantemente com as normas constitucionais já referenciadas, nomeadamente as constantes dos artigos 4, 70 e 134, todos da CRM, amparando-se nos diversos argumentos doutrinários expendidos supra, incluindo, *in toto*, a respectiva jurisprudência adoptada.

### III

#### Decisão

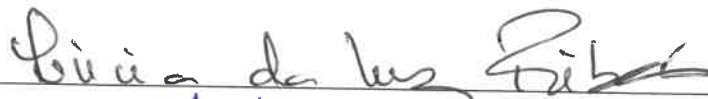
Por todo o exposto, o Conselho Constitucional declara a inconstitucionalidade das normas constantes do n.º 1 do artigo 184 da Lei do Trabalho e do n.º 1 do artigo 50º do Código de Processo do Trabalho, por violarem as normas constitucionais, designadamente as contidas nos artigos 4, 70 e 134, todos da Constituição da República.

Registe, notifique e publique-se.

Baixem os autos aos Tribunais de proveniência.

Maputo, aos 4 de Abril de 2023


Lúcia da Luz Ribeiro



Mateus da Cecília Feniassse Saize



Manuel Henrique Franque



Domingos Hermínio Cintura



Ozias Pondja



Albano Macie



## DECLARAÇÃO

Adiro às conclusões do presente Acórdão, de declarar a inconstitucionalidade do n.º 1 do artigo 184 da Lei do Trabalho, com os fundamentos nele apresentados. Contudo, não me identifico com a recusa deste Conselho Constitucional de aplicar imediatamente o artigo 78 da LOCC, atinente à convalidação da norma aqui em análise da fiscalização sucessiva concreta para a fiscalização sucessiva abstracta. O argumento que se apresenta para a recusa é o de que a contagem do número de decisões até três se deve iniciar desde o dia 21 de Janeiro de 2022, data da entrada em vigor da LOCC, baseado na doutrina do artigo 12.º do Código Civil, segundo a qual *“A lei só produz efeitos para o futuro”*. Para o que a contagem até três decisões deve ter como ponto de partida a data de entrada em vigor da nova LOCC, fazendo-se tábua rasa das decisões anteriores.

O meu argumento é o seguinte:

1. O n.º 1 do artigo 78 da LOCC dispõe que *“Tendo o Conselho Constitucional declarado inconstitucional ou ilegal a mesma norma três vezes, o processo de fiscalização concreta é convalidado para o processo de fiscalização sucessiva abstracta”*. Ora, antes da entrada em vigor desta norma, o Conselho Constitucional declarou inconstitucional o n.º 1 do artigo 184 da Lei do Trabalho 4 vezes, ultrapassando as 3 vezes impostas pela LOCC, o que permitiria que, com o presente pedido, se passasse de imediato para fiscalização sucessiva abstracta, conferindo-se, deste modo, efeitos gerais à decisão de inconstitucionalidade, com vista a erradicação da norma do ordenamento jurídico, porque tem, até então, produzido efeitos *inter partes* nos processos pretextos.
2. O meu entendimento é o de que, apesar de a norma de convalidação constar da Lei Orgânica do Conselho Constitucional, ela não tem natureza substantiva, mas processual ou adjectiva. Isto é, o artigo 78 da LOCC é simplesmente uma norma que nos indica somente os procedimentos, os caminhos ou formalidades a seguir para a transmutação do processo de fiscalização sucessiva concreta para abstracta. Deste modo, por ter esta norma a natureza processual, apresenta desvios quanto ao seu regime de sucessão de leis no tempo, previsto no artigo 12.º do Código Civil.
3. Com efeito, o artigo 78 da LOCC deve seguir o regime regra das normas genuinamente processuais, segundo o qual as leis processuais têm aplicação imediata, salvaguardando, porém, os direitos adquiridos, o caso julgado e o acto jurídico acabado.



4. Consequentemente, os acórdãos anteriores à entrada em vigor da nova LOCC devem contar para efeitos de convolação prevista no n.º 1 do artigo 78 da LOCC, sem necessidade de se reiniciar a contagem até 3 vezes de decisões de inconstitucionalidade do n.º 1 do artigo 184 da Lei do Trabalho.

5. Portanto, com o actual pedido aqui decidido no Acórdão, devia proceder-se à convolação da fiscalização sucessiva concreta desta norma para a fiscalização sucessiva abstracta, eliminando-se, de uma vez para sempre, esta norma da ordem jurídica, o que tornaria mais eficaz a defesa do ordenamento jurídico e dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Maputo, 04 de Abril de 2023.

Albano Macie, *Juiz Conselheiro*

